

do Simples Nacional

↳ O art. 146, III, d, da CF introduziu a possibilidade de criação de um sistema de tributação voltado pl as micro e pequenas empresas.

▷ Com a alteração no texto constitucional, promovida pela EC nº 42/2003, o Simples Nacional foi instituído com a publicação da Lei complementar nº 123 de dezembro de 2006, que definiu o "Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com os seguintes efeitos:

- a) regime de tributação favorecida;
- b) sistema de arrecadação unificado;
- c) vigência a partir de 1º de julho de 2007.

características:

- Exige a participação de todos os entes federados (União, Estados, DF e Municípios).
- É administrado por um Comitê Gestor composto por 8 integrantes: 4 da Secretaria da Receita Federal do BR, 2 dos Estados e do DF e 2 dos Municípios.
- É facultativo, mas sua opção é irrevogável pl todo o ano
- Abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição pl a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica.
- A apuração e o recolhimento de tributos incluídos se dão mediante documento único de arrecadação.
- As empresas entregam declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais.

Neste sistema, todos os tributos serão cobra

dos conjuntamente e a alíquota será progressiva conforme a receita bruta da empresa.

importante → poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado, de acordo com as peculiaridades regionais de cada um.

O recolhimento do Simples Nacional será unificado e centralizado, sob o ponto de vista do contribuinte, e o repasse da União aos Estados e Municípios será imediato, vedado à União reter ou condicionar qualquer transferência financeira.

▷ CONDIÇÕES PARA INGRESSAR NO SIMPLES NACIONAL:

- Enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte.
- Limite de receita anual de R\$4.800.000,00, além de receitas adicionais de exportação de mais de R\$4.800.000,00
- Cumprimento dos requisitos previstos na legislação
- formalização da opção pelo regime, até o último dia útil de janeiro ou quando do início das atividades da empresa.